

Metrópole corporativa dataficada: apontamentos iniciais sobre ecossistemas de fintechs no centro informacional de São Paulo

Caio Zarino Jorge Alves 

Universidade Estadual de Campinas
Campinas, São Paulo, Brasil
caiozja@unicamp.br

Adriana Maria Bernardes da Silva 

Universidade Estadual de Campinas
Campinas, São Paulo, Brasil
abernar@unicamp.br

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo situar a problemática das reestruturações socioespaciais derivadas da emergência de ecossistemas de fintechs no Centro Informacional de São Paulo. Para tanto, articulamos as etapas metodológicas de revisão crítica da literatura sobre plataformação das finanças no contexto de *advanced producer services complexes* com a de levantamento e sistematização preliminar de dados secundários obtidos no Banco Central do Brasil e no Distrito Report 2024. Por meio do partido de método que explicita o caráter espacialmente seletivo com que as modernizações se realizam na periferia/semi-periferia da economia-mundo, propomos olhar para os ecossistemas de fintechs na metrópole de São Paulo como funcionalizações da dataficação contemporânea. Enquanto tais, reivindicamos uma agenda de pesquisa que contemple investigações sobre novas morfologias, especializações e hierarquias derivadas das interdependências entre *startups*, Big Techs, bancos incumbentes, investidores e entidades estatais na presente etapa constitutiva do complexo corporativo da metrópole informacional de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: geografia financeira; ecossistemas de fintechs; São Paulo.

INTRODUÇÃO

Com base no pressuposto de método segundo o qual as modernizações associadas a novos vetores do modo capitalista de produção se realizam de forma parcial, incompleta e seletiva em cada “formação socioespacial” (Santos, 1977), identificamos como problemática principal do presente artigo o fenômeno das reestruturações desencadeadas pela recente conformação de ecossistemas de fintechs (Langley & Leyshon, 2020; Lai & Samers, 2020; Wójcik, 2020a) enquanto funcionalizações do “capitalismo de plataforma” (Srnicek, 2017; Langley & Leyshon, 2017) no território brasileiro e, especialmente, na metrópole informacional de São Paulo (Santos, [1993] 2009).

Ao combinar novas capacidades infraestruturais com novo modelo de negócio (Van Dijck, 2014; Langley & Leyshon, 2017; Westermeier, 2020; Fernandez *et al.*, 2020), o capitalismo de plataforma se assenta sobre uma “economia política da dataficação” (Sadowski, 2019) em que Big Techs comandam a oferta transversal de produtos e serviços para estados, corporações e indivíduos. Esta lógica da plataformização é assimilada com mais ênfase pela esfera especificamente financeira a partir da eclosão, em 2008, da crise dos créditos hipotecários *subprime* nos Estados Unidos (Hendrikse *et al.*, 2018). Neste contexto, o desenvolvimento e incorporação de tecnologias digitais para oferta de serviços financeiros impulsiona a atuação das *fintechs* em diversos nichos (Quadro 1).

Quadro 1 – América Latina – Fintechs: divisão do trabalho financeiro baseado em tecnologias digitais

Segmento	Escopo (serviços e produtos)	Exemplos
Métodos de pagamentos	Facilitação do processamento digital de pagamentos	Métodos alternativos de pagamentos, vendas (POS) e processamentos
Serviços digitais	Gestão e execução digital de serviços bancários	Bancos, contas e carteiras digitais
Backoffice	Gestão automatizada de atividade corporativa	Infraestrutura digital, open banking, gestão financeira de risco
Câmbio	Facilitação do fluxo de valor entre diferentes moedas	Transferências internacionais e câmbio de moeda
Cartões	Oferta de tipos diferentes de cartões	Crédito e pré-pago
Crédito	Oferta e concessão de crédito baseado em tecnologias	consórcio, mercado de crédito direto, crowdfunding, p2p

Continua na próxima página...

Segmento	Escopo (serviços e produtos)	Exemplos
Criptomoeda	Tecnologia blockchain aplicada a moedas virtuais	Brokers, investimentos, pagamentos
Dívidas	Tratamento de dívida entre credores e devedores	Negociação de dívidas
Finanças pessoais	Gestão, monitoramento, fidelização e educação financeira	Programas de fidelidade, educação financeira e gestão pessoal
Investimentos	Plataformas de investimentos em tipos de ativos variados	Ativos financeiros, gestão de investimento

Fonte: Distrito Report 2024. Acesso em: 28/04/2025. Disponível em: <https://materiais.distrito.me/report/fintech-report-2024>.

Com importância estratégica para a plataformização da economia, da sociedade e dos territórios neste primeiro quarto do século XXI, as *fintechs* compõem verdadeiros ecossistemas na medida em que: a) demandam capitalização de investidores com perfil de portfólio aderente à ativos com elevado risco; b) assimilam serviços estruturantes ofertados por Big Techs (ex. computação em nuvem e inteligência artificial); c) se relacionam com órgãos normativos e entidades supervisoras estatais por meio de enquadramento institucional *sui generis*; e d) se articulam com bancos incumbentes, seja por meio do fomento via incubadoras de projetos e aportes de recursos, seja pela venda de seus serviços ou pela própria incorporação das *startups* pelas instituições já consolidadas.

No bojo deste processo de plataformização da finança composto por uma miríade de agentes, a importância da análise sobre as implicações socioespaciais da emergência das *fintechs* parece se justificar pelo crescente protagonismo do segmento, mensurado, entre outras coisas, por:

- a) “Bali Fintech Agenda”¹, lançada pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional em 2018: estabelece doze diretrizes para a conformação das *fintechs* (entre as quais, destacam-se os estímulos ao desenvolvimento tecnológico aplicado à prestação de serviços financeiros, à concorrência, à inclusão financeira, à adaptação de estrutura regulatória e práticas de supervisão, à estabilidade, integridade e vigilância do sistema financeiro);

¹ World Bank Group; International Monetary Fund. The Bali Fintech Agenda: A Blueprint for Successfully Harnessing Fintech’s Opportunities. 2018. Acesso em: 20/10/2025. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/Issues/2018/10/11/pp101118-bali-fintech-agenda>>.

b) *"Fintechs: a new paradigm of growth"*², relatório publicado em 2023 pela consultoria McKinsey & Company com dados sobre o cenário global do setor: entre 2019 e 2023, há o crescimento em duas vezes da capitalização de mercado para as fintechs negociadas em bolsa (alcançando US\$550 bilhões), assim como em sete vezes para o total de *fintechs* unicórnio³ (chegando à 272 corporações, avaliadas em US\$ 936 bilhões); em 2023, 73% das transações bancárias no mundo se davam por canais digitais; em 2022 as receitas líquidas globais de fintechs correspondiam à uma faixa entre US\$150 bilhões e US\$ 205 bilhões, com projeção para que em 2028 se alcance um patamar entre US\$325 bilhões e US\$463 bilhões – sendo os mercados do Oriente Médio, da África e da América Latina os que concentram a perspectiva de maior expansão.

Diante da crescente importância destes ecossistemas de *fintechs* no período atual, o presente artigo tem por objetivo analisar como o recente estabelecimento destes novos agentes em centros financeiros e informacionais depende e induz novas materialidades, racionalidades, normas e ações.

Ao nos debruçarmos sobre o caso da metrópole de São Paulo, verificamos que embora haja um profícuo campo de estudos sobre seu caráter corporativo e fragmentado expresso pela formação de *advanced producer services complex* (Santos, [1990] 2009; Santos, [1993] 2009; Cordeiro, 1993; Santos, [1994] 2009; Silva, 2002; Fix 2007; Lencioni, 2008; Dias & Lenzi, 2009; Silveira, 2016; Nabarro, 2016; Contel & Wójcik, 2019), nota-se a escassez de análises sobre os novos vetores impostos pela dataficação contemporânea. Para o desenvolvimento deste artigo nos baseamos, por um lado, no método e análises desenvolvidas sobre a centralidade da metrópole de São Paulo projetada sobre a formação socioespacial brasileira a partir de seu centro informacional (Santos, [1990] 2009; Silva, 2002; Contel, 2024), e, por outro lado, na metodologia conduzida no âmbito da *Global Network on Financial Geography* (FinGeo) sobre o processo de *reboot*, *update* e *upgrade* de centros financeiros sob plataforma contemporânea (Hendrikse *et al.*, 2024; Bassens *et al.*, 2024a; Bassens *et al.*, 2024b).

2 McKinsey & Company. Fintechs: a new paradigm of growth. 2023. Acesso em: 20/10/2025. Disponível em: https://www.mckinsey.com/industries/financial-services/our-insights/fintechs-a-new-paradigm-of-growth#.

3 Denominação conferida para startups que alcançam avaliação de mercado no patamar de US\$ 1 bilhão antes de abrir capital em Bolsa de Valores.

Por meio de metodologia que articula revisão crítica da bibliografia em Geografia Econômica e das Finanças com levantamento e análise preliminar de alguns dados secundários (Banco Central do Brasil e Distrito Report 2024), expomos sínteses parciais e provisórias ao longo dos três itens que compõem este texto (além desta introdução e das considerações finais). No primeiro deles (intitulado “A emergência do capitalismo de plataforma: por uma economia política da dataficação”) nos preocupamos em explicitar os alicerces estruturantes do atual período: plataformas digitais como sistemas sociotécnicos que combinam infraestrutura com novo modelo de negócio protagonizado pelas Big Techs. Já no segundo item (denominado “Ecossistemas de *fintechs*: reestruturação de centros informacionais sob plataformização da finança) nos detemos sobre a caracterização das novas sinergias desenvolvidas por este segmento ao articular *startups*, investidores, bancos incumbentes e entidades estatais em novas morfologias, especializações e hierarquias das centralidades de comando e controle do território. Por fim, no terceiro item (“O caso das *fintechs* no Centro Informacional de São Paulo: notas preliminares”) apresentamos uma síntese provisória e parcial de dados que nos permitem ao menos anunciar a situação geográfica derivada da incidência destes novos ecossistemas na metrópole paulistana.

A EMERGÊNCIA DO CAPITALISMO DE PLATAFORMA: POR UMA ECONOMIA POLÍTICA DA DATAFICAÇÃO

De acordo com Srnicek (2017), as plataformas digitais podem ser definidas, de maneira geral, pela combinação de quatro atributos: a) função intermediadora: infraestrutura básica por meio da qual diferentes grupos (clientes, anunciantes, desenvolvedores e provedores de produtos digitais) interagem; b) efeitos de rede: ao interagirem no ambiente digital da plataforma, os diferentes grupos geram dados que retroalimentam a monetização de seu fluxo e reforçam a tendência ao crescimento rápido e ao monopólio (quanto maior a base de clientes, maior a rentabilidade e valorização da plataforma); c) subsídio cruzado: na medida em que as plataformas operam em segmentos variados, obtém margens contábeis para compensações entre nichos deficitários e superavitários; d) regras e controle: práticas e regramentos de negócio no sentido de promover o maior envolvimento possível dos usuários.

Pela relação entre os atributos definidores das plataformas digitais, pode-se constatar que estas não se constituem como meros conduítes canalizadores da circulação de informações em crescimento exponencial (Van

Dijck, 2014; Sadowski, 2019). Extrapolando esta dimensão quantitativa, o fenômeno da plataformização representa importantes mudanças de natureza qualitativa na medida em que “induz, produz e programa circulações” (Langley & Leyshon, 2017, p. 19).

Ao complexificar e sofisticar o tratamento de dados como parte deste novo *modus operandi*, estas plataformas digitais se configuram como sistemas sociotécnicos emblemáticos do período atual. Enquanto tais, combinam, por um lado, infraestruturas capazes de acessar, armazenar e processar vultosos volumes de dados e, por outro lado, “modelos de negócios” baseados em extração de riqueza via gestão algorítmica de dados (Langley & Leyshon, 2017; Hendriske *et al.*, 2018; Fernandez *et al.*, 2020; Bassens *et al.*, 2024b).

Portanto, o processo de plataformização da economia, da sociedade e do território se traduz como uma nova etapa da digitalização. Como possível traço distintivo desta manifestação contemporânea da centralidade da variável informacional, destaca-se a articulação entre novas potencialidades logradas pela expansão das capacidades de coletar, armazenar e processar dados e novas formas de extração de valor e renda pautadas pela intermediação, coordenação, controle e gestão de dados (Sadowski, 2019; Langley & Leyshon, 2020; Westermeier, 2020).

Trata-se de uma economia política da dataficação em que o dado é operacionalizado como forma de capital (Sadowski, 2019) por meio de plataformas que integram as altas finanças à produção e consumo associados à reprodução social (Pessanha, 2020). Para isso, as plataformas digitais põem em marcha um modelo de negócio assentado sobre três dimensões, quais sejam: a) fontes de receitas regulares, classificadas como diretas e/ou indiretas; b) forma de capitalização marcada pela convergência de interesses entre fundos de capitais de risco/*venture capitals* (no polo da oferta) e corporações de plataforma (no polo da demanda); e c) conformação de ecossistemas no bojo dos quais plataformas específicas alcançam a condição de “hiperescala” (Bassens *et al.*, 2004b) como requisito para coordenar a monetização do fluxo de dados e se consolidar no segmento.

A primeira destas três dimensões refere-se ao estabelecimento de fontes regulares de receitas, subdivididas entre diretas e indiretas. A fonte de tipo direta se caracteriza pela cobrança de taxas e encargos promovida pelas plataformas como contrapartida pela oferta de serviços digitais obtidos pelos clientes. Já a fonte de tipo indireta deriva da utilização dos rastros informacionais gerados pelos usuários nos ambientes virtuais das plata-

formas como insumo para monetização por meio da sua agregação e tratamento algorítmico. Segundo Fernandez *et al.* (2020, p. 47), a importância das fontes indiretas reside no fato de que “não é a produção de bens que gera receita, mas a propriedade da plataforma que atrai um grande ecossistema de usuários cujas pegadas digitais podem ser monetizadas”.

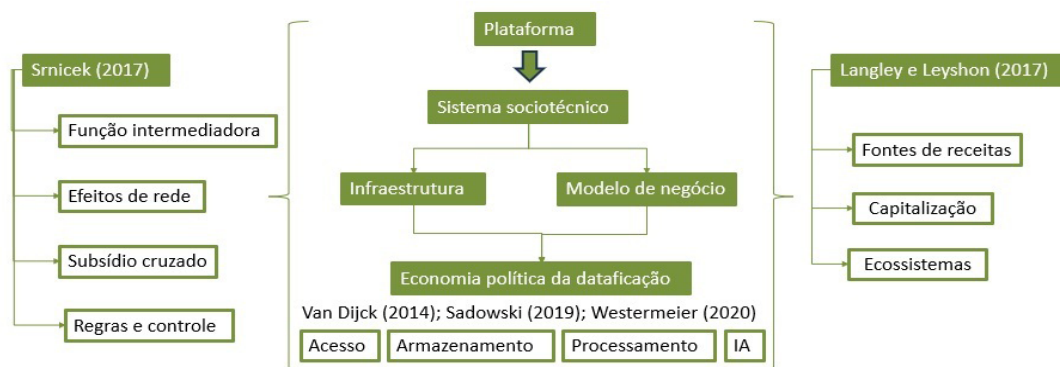
Já a segunda dimensão diz respeito à forma de capitalização das plataformas. Neste quesito, chama atenção a convergência existente entre, por um lado, o perfil dos portfólios de ativos de fundos de capitais de risco/*venture capitals*, e, por outro lado, a natureza particular da estrutura, tempo de maturação e ciclo de desenvolvimento para consolidação das plataformas digitais. Os fundos de capitais de risco atuam por meio da canalização de recursos para um conjunto variado de ativos com a perspectiva de que o patamar de retorno elevado obtido com as poucas corporações que se consolidam pulverize as perdas obtidas nas investidas fracassadas. Diante desta lógica de investimento, as plataformas digitais exercem atratividade na medida em que necessitam rapidamente ganhar escala e atingir uma vasta base de clientes enredada em seus serviços, propiciando, assim, receitas diretas e indiretas como condição para extração de renda de monopólio. Enquanto a maior parte das *startups* não avançam de seus estágios embrionários, um número reduzido se consolida pela atuação hegemônica em cada nicho. De acordo com Langley & Leyshon (2020, p. 22), “as plataformas tornam-se, assim, um objeto legítimo de capitalização [...] porque sugerem poder realizar retorno sobre o capital”.

Enfim, a dimensão dos “ecossistemas de plataforma” (Van Dijck, 2014; Langley & Leyshon, 2017) tem por base as sinergias entre miríades de agentes diversos que, ao extrapolar a relação circunscrita entre cliente (demanda) e provedor de serviço digital (oferta), desenvolvem interdependências por meio de mecanismos de cooperação e competição. Em vez de analisarmos as plataformas digitais como firmas individuais que internalizam teores intensivos de informação para prestação direta de serviços, cabe considerá-las como parte de um arranjo composto desde órgãos normativos e entidades supervisoras até investidores institucionais. Conforme Hendrikse *et al.* (2018, p. 19), “a noção de ‘ecossistema’ [...] refere-se a um conjunto de atores – empreendedores, desenvolvedores, clientes, governos, etc. – que estão (in)diretamente envolvidos na valorização da plataforma”.

Pela síntese entre os mecanismos regulares de receita (fontes diretas e indiretas), de capitalização de recursos (capitais de risco/*venture capitals*) e

de formação de ecossistemas (ambiente para o alcance de hiperescala), pode-se corroborar a análise que associa a emergência das plataformas digitais aos processos de “reintermediação”, de “capitalização” e de “consolidação” (Langley & Leyshon, 2020). Como produto desta imbricação, o êxito das corporações plataformizadas parece estar associado à lógica do “vencedor leva tudo” (Fernandez *et al.*, 2020, p. 11): um número bastante reduzido de agentes hegemônicos se constitui como “núcleo infraestrutural” (Hendrikse *et al.*, 2021; Bassens *et al.* 2024b) do capitalismo de plataforma na medida em que atuam como “ponto de passagem obrigatório” (Fernandez *et al.*, 2020, p. 47) para um amplo conjunto de empresas que dependem em maior ou menor medida destas tecnologias, infraestruturas e sistemas sociotécnicos.

Figura 1 – Economia política das plataformas como sistemas sociotécnicos



Fonte: elaborado pelos autores.

Denominadas de Big Techs e capitaneadas pelos dois estados nacionais que rivalizam pela hegemonia da geopolítica e geoeconômica contemporânea (Estados Unidos e China), as plataformas que se consolidaram pela hiperescala (Bassens *et al.*, 2024a) com que ofertam serviços digitais (como os de computação em nuvem, de inteligência artificial, serviços financeiros, Internet das Coisas/IoT, infraestruturas de redes, comércio eletrônico, data centers, mecanismos de busca, lojas de aplicativos e redes sociais) podem ser apresentadas pelos acrônimos de GAFAM no caso estadunidense (correspondente às iniciais de Google/Alphabet, Amazon, Facebook/Meta, Apple e Microsoft) e BATX (Baidu, Alibaba e Tencent, Xiaomi) no caso chinês. Outra forma de delimitar a hegemonia atual das Big Techs, para além de situar as corporações consolidadas do setor com sistemas de inovações próprios no caso dos EUA e da China, se dá pela identificação das chamadas *Magnificent 7*: grupo de sete corporações de tecnologia que figuram entre as dez empresas com maior valor de mercado em todo o mundo. Além das já citadas Google/Alphabet, Amazon, Facebook/Meta, Apple e Microsoft, inclui-se aí também Nvidia e Tesla.

Conforme proposto por Hendrikse *et al.* (2021), a gênese das Big Techs como “núcleo duro” do capitalismo de plataforma pode ser reconstituída a partir de dois grandes períodos relativos a ondas de difusão de tecnologias de informação e comunicação. O primeiro período é denominado como de “instalação” e se subdivide em três fases com repercussões dentro do próprio setor tecnológico: a) fase de *hardware* na década de 1970: microprocessador como invenção-chave (1971), criação da Microsoft (1974) e da Apple (1976); b) fase de *software* na década de 1980: avanço da Microsoft a partir de sistema operacional Windows (criado em 1985); c) fase de plataforma na década de 1990: implantação e difusão da internet comercial (1995) como contexto de criação da Amazon (1994), Google/Alphabet (1998), Tencent (1998), Alibaba (1999), Facebook/Meta (2004). Portanto, o “Big Tech Bang” ocorre ao longo da última década do século XX e primeira década do século XXI, marcando a transição entre o período de instalação e o período de desenvolvimento.

Se o primeiro período esteve pautado pela assimilação das novas tecnologias pelo próprio setor, o segundo se caracterizou pela plataformização dirigida por dados para além do setor tecnológico em si e também se subdivide em três fases: a) fase do capitalismo de vigilância na década de 2000: crise das empresas pontocom (2000), atentado terrorista no World Trade Center (2001), crise financeira de 2008 como eventos cruciais, com efeitos potencializados pelo *smartphone* como invenção-chave (2007); b) fase de acentuado crescimento da economia chinesa na década de 2010; disseminação de *smartphones*, crescente armazenamento de dados em computação em nuvem, advento de inteligência artificial; c) fase da “big tecficação” de tudo no contexto da pandemia de covid19: disseminação de sistema sociotécnico que articula infraestruturas para fluidez informacional com novo modelo de negócio baseada na extração de valor via gestão algorítmica de dados.

Nesta genealogia, o ponto culminante da “big tecficação de tudo” sinaliza uma ampla capilarização dos sistemas sociotécnicos e do modelo de negócio de plataforma na economia, na sociedade e nos territórios, de modo que a própria finança enquanto variável-chave do período seja remodelada pela incidência de novos atributos informacionais. O próximo item tratará justamente sobre como o capitalismo de plataforma e as Big Techs se relacionam especificamente com as finanças a partir dos chamados “ecossistemas de fintechs” (Hendrikse, 2018; Lai & Samers, 2020; Wójcik, 2020a; Langley & Leyshon, 2020; Iannou & Wójcik, 2022 e Bassens *et al.*, 2024b).

ECOSSISTEMAS DE FINTECHS: REESTRUTURAÇÃO DE CENTROS INFORMACIONAIS SOB PLATAFORMIZAÇÃO DA FINANÇA

Se é verdade que as Big Techs conformam o “núcleo lubrificante do capitalismo contemporâneo” (Hendriske *et al.*, 2021; Bassens *et al.*, 2024b), deve-se destacar como imprescindível para o protagonismo desta função a existência de ecossistemas mais amplos e diversos de plataformas “satélites” que, ao orbitarem as Big Techs estruturantes, engendram e são engendradas pelo processo mais geral de plataformização. Por exemplo, complementaridades e sinergias cooperativas entre Big Techs e plataformas digitais setoriais se desenvolvem quando: a) aplicativos de transporte privado, de entrega, de *e-commerce* e de hospedagem (como Uber, iFood, Mercado Livre e Airbnb) se utilizam da infraestrutura digital de plataformas de visualização de mapas (como Googlemaps); b) plataformas de transmissão de conteúdo audiovisual (como Netflix e Spotify) dependem de serviços de computação em nuvem (como Amazon Web Services, Microsoft Azure e Google Cloud); e c) em um sentido geral, a análise de dados automatizada por tratamento algorítmico e inteligência artificial (ChatGPT/Open AI, Claude/Anthropic, Gemini/Google) rodados em *datacenters* atuam de maneira transversal para a oferta do conjunto de serviços digitais que tem indivíduos, Estados nacionais e empresas como base de clientes.

Dessa maneira, o caráter hegemônico das Big Techs (como Google, Amazon e Microsoft) depende das articulações estabelecidas com plataformas setoriais que a elas se vinculam para obter serviços, alcançar nichos específicos e se consolidar pela oferta monopólica/oligopólica de produtos digitais capilarizados mediante “gestão algorítmica do território” (Tozi, 2020). Além das Big Techs e *startups* emergentes, estes ecossistemas dependem da articulação com, pelo menos, outros quatro grupos de agentes (Pessanha, 2020): a) bancos, fundos, capitais de risco, acionistas; b) entidades estatais representadas pelo executivo, legislativo e judiciário em suas três escalas; c) corporações e indivíduos caracterizados como consumidores/clientes; d) organizações e entidades representativas interessadas: fundações, centros de pesquisa, associações, sindicatos.

Com base nestas imbricações engendradas no contexto do capitalismo de plataforma, nos deteremos com mais atenção sobre a conformação das *fintechs* como ecossistemas representativos de uma nova manifestação da síntese gerada “pelas interseções dos setores das finanças e da tecnologia” (Lai & Samers, 2020, p.2) na atualidade.

Ao partirmos do princípio de que “as finanças sempre foram pioneiras na adoção e utilização intensiva de tecnologia”, a aposta segundo a qual “era só uma questão de tempo até que as duas palavras se juntassem” (Wójcik, 2020a, p. 2) deve ser, então, matizada pelas condições específicas que ensejaram o “triângulo Fin-Tech-Estado” como como arranjo onde se desenvolvem os ecossistemas de *fintechs*. Embora a própria geografia histórica do capitalismo seja atravessada pela interação de longa duração entre a finança e a informação como variáveis que assumem feições distintas a cada período, esta combinação assume na contemporaneidade teores de complexidade e sofisticação sem precedentes (Arroyo, 2021). Deste modo, torna-se imperioso o esforço empreendido em análises sistemáticas deste fenômeno, iniciadas pela delimitação do universo empírico de referência capaz de dimensionar os agentes que sintetizam este processo ao darem forma e conteúdo à imbricação entre finança e tecnologia de informação neste primeiro quarto de século XXI.

Conforme apresentado na Introdução deste artigo, a própria palavra *fintech* é composta pela combinação dos prefixos dos termos *financial technologies* e sua aplicação remete a dois contextos principais (Contel, 2024). Em primeiro lugar, o ponto de partida das fintechs está associado ao advento do *Financial Services Technology Consortium* (FinTech Project) pela Citicorp (1993), seguida pela criação de sistemas de pagamentos digitais desenvolvidos por outras duas corporações estadunidenses: E-Bay (1995) e Paypal (1998). Em segundo lugar, a disseminação das *fintechs* de maneira mais robusta ocorre a partir das repercussões da crise do mercado de crédito hipotecário *subprime* com epicentro também nos Estados Unidos. Na convergência destes dois eventos, os ecossistemas de *fintechs* despontam como campo passível de responder à cíclica necessidade da canalização de inovações tecnológicas em novos produtos financeiros capazes de rentabilizar recursos via acumulação por espoliação/desposseção (Harvey, [2003] 2013). Para tanto, absorvem, por um lado, os capitais excedentes ociosos em busca de rentabilização por meio de novas aplicações e produtos financeiros e, por outro lado, a força de trabalho qualificada representada por analistas, gestores e operadores de tecnologia e finanças dispensados dos cargos previamente ocupados diante da crise.

Parte deste processo, as *fintechs* são impulsionadas por uma “psicosfera” (Santos, [1996] 2008) que associa tecnologias digitais à perspectiva de redução de custos, melhorias de eficiência, ganhos de competitividade, barateamento e desburocratização dos serviços que compõem o sistema financeiro. Enquanto para os países do centro da economia-mundo (dito Norte Global) a

expansão das *fintechs* anuncia uma melhoria da experiência de consumo por meio da transformação das instituições e operações financeiras com base na digitalização e informatização, para os países da periferia e semi-periferia (dito Sul Global), o avanço do segmento é reivindicado como parte de processo de desintermediação, democratização e inclusão financeira para amplos segmentos populacionais historicamente excluídos da finança formal.

Ainda que estas perspectivas anunciadas como democratizantes por meio de discursos institucionais precise ser ratificada por pesquisas que se debruçam sobre as reais repercussões socioespaciais dos ecossistemas de *fintechs* em países periféricos como o Brasil, parece incontestável que as “práticas e dinâmicas financeiras anunciadas como inovadoras e disruptivas [...] estão mudando a forma como as empresas e os consumidores fazem pagamentos, emprestam, tomam empréstimos e investem” (Lai & Samers, 2020, p. 2). É justamente este fenômeno da crescente oferta de serviços financeiros mediante implementação de tecnologias digitais sob múltiplas escalas (global, nacional, metropolitana), agentes (startups, bancos, investidores, entidades estatais) e dimensões (econômica, política, espacial) que aparece como preocupação transversal ao conjunto de investigações que se debruçam sobre a atuação das *fintechs* a partir de três distintas acepções.

A primeira enquadra *fintech* como a própria firma cujo caráter disruptivo reside na oferta de serviços financeiros por meio do desenvolvimento de novos produtos e instrumentos criados pela assimilação intensiva de tecnologia informacional; ou seja, nesta acepção *fintechs* são “*startups* e novos participantes do mercado focados em tecnologia”, que “criam novas plataformas, produtos e serviços além daqueles atualmente oferecidos pela indústria financeira tradicional” (Lai & Samers, 2020, p. 2). Nesta dimensão, as *fintechs* se beneficiam de uma psicofera que as posicionam como facilitadoras do acesso e popularização aos nexos financeiros da vida contemporânea. Por meio de uma propalada desburocratização institucional associada à eficiência e avançada atualização tecnológica via pesquisa, desenvolvimento e inovação, apresentam sua atuação como distinta da intermediação clássica realizada por bancos incumbentes tidos como burocráticos e morosos em seus processos, formais e inacessíveis em suas exigências.

Já a segunda perspectiva conceitua *fintech* como o próprio advento de tecnologia informacional aplicado à atividade financeira. Há um notório deslocando em relação à primeira perspectiva: da abordagem centrada na firma, para a abordagem centrada na maneira pela qual as funções e atividades

ocorrem diante da robusta digitalização expressa por novos instrumentos e atributos. Aqui estão contempladas soluções, produtos, serviços e operações financeiras informatizadas como parte de um “conjunto de inovações” (Wójcik, 2020a, p.3). Em outros termos, este recorte diz respeito a tecnologias digitais que articulam soluções de *back-end* (recursos de hardware: inteligência artificial, big data, aprendizado de máquina, data center, nuvem computacional) com de *front-end* (domínio de software: mecanismos de busca, serviços de identificação, loja de aplicativos, aplicativos, *mobile financial services*/MFS) para a oferta de serviços financeiros informatizados. Entre estes, destacam-se as modalidades de pagamento e processamento digital, de contas e serviços digitais via *internet banking*, de infraestrutura digital, de oferta de crédito, realização de transferência internacional, negociação de dívida, entre outros. Nesta abordagem, a inovação tecnológica com alta densidade informacional aparece como agente de novas relações socioespaciais por parte de indivíduos, estados e corporações de porte e natureza distintas. Porém, sua mobilização pode impulsionar a retórica “tecnosolucionista” (Morozov, 2018) que descola o fenômeno técnico da economia política que o rege.

Enfim, a terceira perspectiva operacionaliza uma aproximação das *fintechs* como “setor econômico” (Wójcik, 2020a, p.3) com “foco na aplicação de tecnologias digitais recentemente desenvolvidas para serviços financeiros”, formando ecossistemas compostos não apenas por *start-ups* financeiras e/ou suas inovações tecnológicas, mas também por suas articulações com investidores, bancos incumbentes, Big Techs e órgãos estatais normativos, supervisores e fomentadores. Esta abordagem nos parece ter maior potencial para oferecer um instrumental analítico capaz de mensurar a complexidade e sofisticação pelas quais a intersecção entre a finança e a informação se sintetiza no período atual. Ao focar nas relações, contempla as multiplicidades de escalas, agentes e dimensões inseridos em lógicas imbricadas. Em outras palavras, este recorte parece superar enfoques estritos sob a forma e/ou função (detidos na firma ou na inovação em si) para articulá-los às estruturas e aos processos. Neste sentido, propõe identificar o fenômeno das *fintechs* não pela emergência de atributos inteiramente novos e disruptivos que supostamente se sobrepõem inteiramente à velhos elementos, mas como um arranjo amplo com mediações, nuances e combinações entre *investidores* atuantes da capitalização, *bancos incumbentes* operantes no desenvolvimento e/ou incorporação de soluções, *Big Techs* como provedoras de serviços-base e *entidades estatais* debruçadas sobre a regulação, supervisão e fomento.

É precisamente pela imbricação entre estes tipos de agentes que se pode enquadrar os ecossistemas de *fintechs* pelo “triângulo Fin-Tech-Estado” (Hendrikse *et al.*, 2020; Wójcik, 2020a; Lai & Samers, 2020; Bassens *et al.*, 2024a) enquanto síntese que hibridiza serviços financeiros, tecnologias digitais e mediação estatal. Assim os ecossistemas de *fintechs* compreendem a “transformação digital de serviços financeiros [...] por meio da difusão de tecnologia da informação e comunicação no campo da finança” (Hendrikse *et al.*, 2018, p. 16). Sob esta prerrogativa, possui centralidade uma divisão do trabalho segmentada (Langley & Leyshon, 2020, p. 4) em áreas que operam diretamente funções de bancos digitais; pagamento e transferência online; crédito; planejamento, poupança e investimento financeiro por *robo-advisors*⁴; soluções para transações financeiras digitais entre empresas. A estas atividades diretas e específicas, articulam-se a miríade de instituições e mecanismos que compõem os ecossistemas de *fintechs* agrupados pelos vértices estruturantes: setor financeiro, setor de tecnologia informacional, setor estatal.

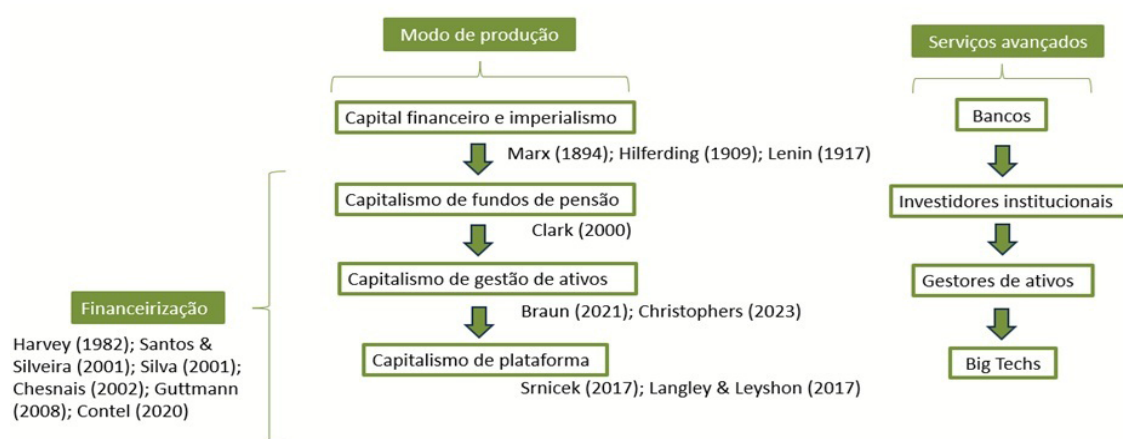
Pelo quadro acima exposto, entendemos que os ecossistemas de *fintechs* atualizam e intensificam a síntese entre finança e informação, cujas raízes repousam na “longa duração” (Braudel, [1979] 1996; Wallerstein, 1974; Arrighi, 2008). Neste processo, determinados agentes são engendrados para funcionar cada ciclo de modernização a partir da centralização espacial da atividade de comando e controle em centros financeiros e informacionais: os bancos na gênese do capital financeiro e suas formas de capital fictício como base para a “industrialização” do século XIX (Marx [1894] 1974; Hilferding [1909] 1985; Lenin, [1917] 2011; Harvey, [1982] 2013), os *advanced producer services* (empresas transnacionais de consultoria, contabilidade, publicidade e marketing, advocacia e finanças) como sustentáculo da “globalização” de fins do século XX (Sassen, 1991; Taylor, 2001; Rossi & Taylor, 2005), os investidores institucionais (fundos de investimento, de pensão e seguradoras) e as gestoras de ativos como alicerces da “financeirização” na transição para o século XXI (Braga, 1993; Santos & Silveira, 2001; Clark, 2000; Chesnais, 2002; Guttman, 2008; Braun, 2021; Christophers, 2023) e, enfim, os ecossistemas de *fintechs* mobilizados pela plataformação da finança contemporânea (Langley & Leyshon 2017; Langley & Leyshon, 2020, Wójcik, 2020a; Lai & Samers, 2020).

Embora se apresentem como distintas formas-conteúdo, os agentes hegemônicos acima elencados compartilham características que os enqua-

4 Ferramenta digital baseada em processamento algorítmico de dados e inteligência artificial.

dram como partícipes dos chamados “serviços avançados” (Sassen, 1991; Silva, 2002; Waiengnier *et al.*, 2019; Bassens *et al.*, 2020), do “setor terciário superior” (Labasse & Rochefort, 1965), do “setor quaternário da economia” (Gottmann, 1961), do “circuito superior da economia urbana” (Santos, [1975] 2008) ou ainda do “setor transacional do complexo corporativo metropolitano” (Cordeiro, 1986-1987; Cordeiro, 1993; Alves, 2018; Alves, 2019; Alves, 2025). Em comum, possuem um *modus operandi* pautado pela robusta articulação entre a coleta, interpretação e emissão de informações corporativas (Silva, 2002), pelo contato face-a-face como método para tomadas de decisões estratégicas sobre vultosos e voláteis investimentos de capitais (Törnqvist, 1968; Dicken, 2009; Lencioni, 2008) e pelas economias de aglomeração (Scott *et al.*, 2001; Mattos, 2006) a partir das quais se realizam as funções de comando e controle vinculadas aos “centros de gestão do território” (Corrêa, 1989).

Figura 2 – Serviços avançados na geografia histórica do capitalismo



Fonte: elaborado pelos autores.

Portanto, em meio às permanências e transformações que marcam o aumento da “porosidade territorial” (Arroyo, 2006) estruturante da economia-mundo, pontos seletivos dispersos pelo planeta passam a se constituir como nós estratégicos que coordenam a “rede mundial de cidades” (Taylor, 2001) a cada período: das redes de produção globais às redes financeiras globais (Wójcik, 2020; Lai; Samers, 2020) e, enfim, culminando nas atuais redes globais de tecnologias digitais⁵ (Bassens *et al.*, 2024).

⁵ Na literatura específica da Geografia Econômica e da Geografia da Finança, esta tradição de debates se dá nos termos da *Global Production Networks* (GPN), *Global Financial Networks* (GFNs) e da *Global Digital Technology Networks* (GDTNs).

Embora conectada sob novas feições e determinações, a rede mundial de cidades tem seus vértices estabelecidos por meio de modulações que cada formação socioespacial oferece de acordo com materialidades e conteúdos normativos herdados de divisões territoriais do trabalho pretéritas. Cabe, portanto, apurar como esta crescente importância dos ecossistemas de *fintechs* associados ao capitalismo de plataforma se realizam de maneira particularizada junto ao quadro de países periféricos, semi-periféricos ou do dito Sul Global (Wójcik, 2020b; Iannou & Wójcik, 2022; Gibadullina, 2023) do qual o Brasil faz parte. Neste sentido, aprestaremos no próximo item alguns apontamentos iniciais sobre a conformação das *fintechs* na concretude do território brasileiro e, especialmente, na metrópole informacional de São Paulo a partir de seu complexo corporativo metropolitano.

O CASO DAS FINTECHS NO CENTRO INFORMACIONAL DE SÃO PAULO: NOTAS PRELIMINARES

Para o caso da longa duração que perpassa a constituição do território brasileiro, a inserção subordinada, dependente, periférica/semi-periférica (Wallerstein, 1974; Arrighi, 2008) do país na divisão internacional do trabalho parece ser o fio condutor transversal à conformação de rede urbana nacional comandada pela primazia da metrópole policêntrica de São Paulo. Na trama das reestruturações socioespaciais associadas à crescente fragmentação e aceleração dos ciclos de reprodução do capital, São Paulo se consolida como ponto de comando e controle do território nacional (além de intermediário deste território com a economia-mundo) a partir de centralidades que compõem seu complexo corporativo metropolitano e, a cada rodada de modernização, concentram agentes-chave para tomada de decisão estratégica sobre vultosos e instáveis investimentos baseados na seletividade do acesso, análise e emissão de informações sofisticadas que se realizam alhures como “verticalidades”, “acontecimentos hierárquicos” e “solidariedades organizacionais” (Santos, [1996] 2008; Silva, 2002).

Pela função de comando e controle do território articulada ao papel de intermediação entre a economia nacional e as esferas regionais e internacionais, São Paulo se conforma como “centro de gestão” primacial justamente pela especialização na tomada de decisão entre agentes hegemônicos (Cordeiro, 1993): I - dos escritórios de importação/exportação e casas bancárias instaladas no “Centro Histórico/Tradicional” (início do século XX) como parte da dinamização da vida de relações urbanas e do florescimento do merca-

do de trabalho e de consumo na esteira da economia cafeeira produzida em fazendas do Oeste paulista, II - das sedes de corporações derivadas do processo de industrialização tardia e substitutiva de importações no “Centro Paulista” (desde a década de 1970), III - dos serviços avançados (consultoria, contabilidade, advocacia, publicidade e marketing, finanças) com estratégia de atuação internacionalizada no “Centro Berrini e Faria Lima/Quadrante Sudoeste” (final do século XX) como motores da globalização, da expansão deste último a partir da instalação de sedes de investidores institucionais e gestores de ativos (início do século XXI).

Figura 3 – A emergência dos centros informacionais



Fonte: elaborado pelos autores.

É a partir destas heranças representadas pela conformação policêntrica do centro informacional de São Paulo que incidem as *fintechs*. Como agentes emblemáticos da dataficação, tanto as *fintechs* quanto as Big Techs atuam no *update*, *upgrade* e potencial *reboot* (Hendrikse et al. (2024) das funções de comando e controle territorial dos centros informacionais.

Figura 4 – O caso do centro informacional de São Paulo



Fonte: elaborado pelos autores.

Isso porque as interdependências promovidas pela prestação de serviços digitais baseados na emergência de plataformas pode apontar para novas morfologias (conformação de novos vetores e centralidades de plataformas digitais internas à mesma metrópole), especializações (complementaridades e cooperações em relação a outras centralidades já adensadas em outros serviços avançados) e hierarquias (reposicionamento do centro informacional em relação a outros que compõem rede urbana a partir de equacionamento de forças diante da atuação de plataformas digitais).

Nesta longa trajetória, novas dinâmicas da realidade captadas pelo levantamento e análise preliminar de dados indicam a emergência da problemática circunscrita ao advento dos ecossistemas de *fintechs* como agentes-chave que funcionalizam o capitalismo de plataforma contemporâneo no amplo contexto da “periferia e semi-periferia” da economia-mundo, na dimensão da formação socioespacial brasileira e, de maneira mais detida, no tecido urbano da metrópole informacional de São Paulo.

Em relação ao mercado latino-americano de *fintechs*, parte da sistematização preliminar de dados sobre a evolução do quantitativo total de entidades e dos investimentos realizados no setor (Tabela 1) nos permite esboçar a sua crescente importância: observa-se um salto de 827 para 2.712 *fintechs* em atividade entre os anos de 2013 e 2023, ao passo que entre os anos de 2014 e 2024 as captações de recursos pelo setor somou US\$ 15.6 bilhões de dólares por meio de 1.679 transações - com pico de capitais e operações realizados no contexto de distanciamento social relativo à pandemia de covid-19 (apenas no ano de 2021 foram obtidos US\$ 5.7 bilhões a partir de 363 transações).

Entre as tipologias que buscam agrupar conjuntos específicos de serviços, produtos e tecnologias de acordo com segmentos também particulares de *fintechs*, o segmento de crédito figura como o que concentra o maior número de *startups* (477 de 2710, correspondente à cerca de 17% do total) e o ramo de serviços digitais apresenta dominância quando o critério é investimento (US\$ 5.3 bilhões de US\$ 15.7 bilhões, correspondente à 34%).

Tabela 1 – América Latina: *fintechs* ativas (2012-2023)

Ano	Quant.	Captação (bilhões US\$)	Operações
2013	827	N/A	N/A
2014	974	0,1	29
2015	1.160	0,4	42
2016	1.380	0,2	47
2017	1.627	0,2	71
2018	1.916	0,6	152
2019	2.214	1,6	201
2020	2.448	2,3	242
2021	2.622	5,7	363
2022	2.694	2,8	307
2023	2.712	1	142
2024	2.712	0,8	83
TOTAL	23.286	15,7	1.679

Fonte: Distrito Report, 2024. Disponível em: <https://materiais.distrito.me/report/fintech-report-2024>.

No contexto da crescente importância do mercado latino-americano de *fintechs*, a proeminência regional do ecossistema brasileiro pode ser aferida pela concentração de quase 3/5 destas entidades (mais especificamente 58.7%) e do montante de investimentos atraídos pelo setor (Tabela 2), já que este país concentrou sozinho US\$ 10.4 bilhões em 1.034 operações na década para a qual há dados completos para as variáveis quantidade, captação e operações (2014-2024) – correspondentes, portanto, respectivamente a 66.6% do total de recursos e 61.5% do total de operações.

Tabela 2 – América Latina: *fintechs* por país (2024)

País	Quantidade	%
Brasil	1.592	58,7
México	561	20,7
Argentina	175	6,5
Chile	118	4,4
Colômbia	102	3,8
Peru	59	2,2
Porto Rico	39	1,4
Costa Rica	26	1
Equador	18	0,7
Bolívia	8	0,3
Panamá	7	0,3
Nicaragua	5	0,2
TOTAL	2.710	100,2

Fonte: Distrito Report 2024. Disponível em: <https://materiais.distrito.me/report/fintech-report-2024>.

Para os dois segmentos de mais destaque na divisão do trabalho que pauta o ecossistema de *fintechs* na América Latina (“crédito” com maior representatividade em número de entidades e de “serviços digitais” com maior projeção em termos de investimentos), o Brasil é o país que lidera em ambos os ramos: para o caso do nicho de crédito, das 477 entidades distribuídas pela América Latina 298 têm base no país (62% do total), já para o caso dos serviços digitais 119 das 287 entidades presentes no subcontinente concentram-se no Brasil (41% do total).

Fruto desta crescente importância da finança plataformizada no país, o Conselho Monetário Nacional (CMN) regulamentou em 2018 o funcionamento de dois tipos de *fintechs* de crédito: a sociedade de empréstimo entre pessoas/*peer-to-peer lending* (SEP, operando intermediação de contratos entre credores e tomadores) e a sociedade de crédito direto (SCD, operando

por meio de créditos com recursos próprios). Embora não regulamentadas como fintechs pelo CMN, também as chamadas Instituições de Pagamento (IP) apresentam convergências com os ecossistemas de *fintechs* e são enquadradas pela Lei n. 12.865 de 2013.

Conforme dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil sobre a distribuição destes agentes em fevereiro de 2025, a primazia da metrópole informacional de São Paulo se evidencia pela concentração espacial de aproximadamente 58% do total de SEP (7 de 12), 36% de SCD (43 de 120) e 53% de IP (87 de 165). Além disso, São Paulo é a única metrópole latino-americana a figurar no ranking do top 30 *fintech hubs* no mundo, elaborado pelo *Cambridge Centre for Alternative Finance* (CCA) e publicado em 2018⁶. Por fim, no *The Global Financial Centres Index 37* (GFCI)⁷, de março de 2025, São Paulo exerce liderança regional ao ocupar a posição 78 de 119 quanto à hierarquia geral dos centros financeiros e 66 de 115 quando se trata especificamente de centros de *fintechs*.

Diante da articulação entre, por um lado, os processos formativos do centro informacional de São Paulo a partir da sobreposição e desdobramentos conduzidos por atividades de comando e controle de acordo com distintas ondas de reestruturações espaciais atreladas às modernizações, e, por outro, este panorama empírico baseado em dados preliminares, a emergência das *fintechs* como fenômeno emblemático da dataficação contemporânea parece apontar para reposição da centralidade da metrópole paulistana em redes urbanas globais. Diante desta constatação, cabe avançarmos em uma agenda de pesquisa que se detenha nos detalhamentos sobre como estes novos agentes e ações apontam para transformações do centro informacional de São Paulo em termos de morfologias, especializações e hierarquias urbanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem a perspectiva de desde já responder sobre os contornos mais bem acabados que compõem as reestruturações socioespaciais derivadas do desenvolvimento de ecossistemas de *fintechs* no centro financeiro e infor-

6 The Cambridge Centre for Alternative Finance (CCA). Global FinTech Hub Report – The Future of Finance is Emerging: New Hubs, New Landscapes. Cambridge: University of Cambridge/Judge Business School, 2018. Disponível em: < <https://www.jbs.cam.ac.uk/faculty-research/centres/alternative-finance/publications/2018-global-fintech-hub-report/>>.

7 Z/yen Group. The Global Financial Centres Index (GFCI). Disponível em: < <https://www.zyen.com/publications/professional-articles/the-global-financial-centres-index-37/>>.

macional de São Paulo, este trabalho propõe assentar a problemática envolvida neste processo e indicar aproximações para o seu enfrentamento teórico-metodológico.

Neste sentido, debatemos como a dataficação se explica pela hegemonia das plataformas digitais como sistemas sociotécnicos baseados tanto em infraestruturas de acesso, armazenamento e processamento de dados quanto em novos modelos de negócio estruturados pela extração de renda via gestão algorítmica. Produtos deste processo, as Big Techs se consolidam pela hiperescala de seus serviços digitais na medida em que se tornam transversais à estados, corporações e indivíduos. Por meio de sinergias entre Big Techs, investidores, *startups*, bancos incumbentes e entidades estatais, os ecossistemas de *fintechs* se estruturam para prestação de serviços financeiros por meio da assimilação de inovações digitais.

Ao depender de economias de aglomeração e externalidades relativas às atividades de tomada de decisão, a emergência dos ecossistemas de *fintechs* tendem a se constituir em vetor de transformação das morfologias, especializações e hierarquias dos centros financeiros e informacionais. No caso brasileiro, a primazia da metrópole informacional de São Paulo tende a assumir novas feições no contexto de plataformização da finança. Tributária de materialidades e normas herdadas de divisões territoriais do trabalho pretéritas, o seu complexo corporativo metropolitano sinaliza novo momento de reestruturação sob dataficação.

Parte de uma agenda de pesquisa já em andamento sobre o *reboot, upgrade e update* dado em centros financeiros do Norte Global, entendemos haver campo para tais avanços analíticos também sobre a realidade do Sul Global, a partir da emergência de *fintechs* e das interdependências geradas por Big Techs no Centro Informacional de São Paulo. É para esta tarefa que o presente artigo pretende se constituir como ponto de partida ao delimitar uma situação geográfica a ser enfrentada pela articulação de três frentes: a) dimensão do arranjo político-institucional que lastreia tal fenômeno: como as normas na dimensão da formação socioespacial brasileira incidem sobre este processo?; b) dimensão do centro informacional de São Paulo: como se alteram suas morfologias a partir de novas estruturas, composições e funções?; c) dimensão das práticas de negócios e estruturas organizacionais: como se transformam as relações intra e inter-firmas por meio de novas cooperações e competições? ●

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Caio Zarino Jorge. A formação do complexo corporativo metropolitano de São Paulo baseado na distribuição das sedes dos bancos de investimento (1996-2013). **Geosp – Espaço e Tempo**, v. 22, n. 1, p. 096-114, 2018.

ALVES, Caio Zarino Jorge. Finanças, centros de gestão e complexos corporativos metropolitanos: análise dos fundos de investimento em Buenos Aires e São Paulo. *In*: COSTA, Wanderley Messias; VASCONCELOS, Daniel (orgs). **Geografia e geopolítica da América do Sul: integrações e conflitos**. São Paulo: FFLCH/USP, 2019. p. 152-17.

ALVES, Caio Zarino Jorge. Topologias financeiras em redes urbanas sobreestruturação espacial: lajes corporativas e agências bancárias dos fundos de investimentos imobiliários (FIIs) no território brasileiro. **GEOUERJ**, v. 48, p. 1-22, 2025.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARROYO, Mónica. Digitalização e financeirização do território: uma imbricação que se renova no capitalismo do século XXI. *In*: RENA, Natacha; BRANDÃO, Marcela; MEDEIROS, Daniel; SÁ, Isabel (orgs.). **Urbanismo biopolítico**. Belo Horizonte: Agência de Iniciativas Cidadãs, 2021. p. 143-156.

BASSENS, David; GUTIERREZ, Laura; HENDRIKSE, Reijer; LAMBERT, Deborah; WAIENGNIER, Maëlys. Unpacking the advanced producer services complex in world cities: charting professional networks, localization economies and markets. **Urban Studies**, 58 (6), 1286-1302, 2020.

BASSENS, David; HENDRIKSE, Reijer; LAI, Karen; VAN MEETEREN, Michiel (2024a). World cities under conditions of digitalization and platform capitalism: updating the advanced producer services complex. **Geoforum**, 152, 1-6, 2024.

BASSENS, D., Pazitka, V., & Hendrikse, R. (2024b). Banking in the cloud: mapping big tech's global digital technology networks. **Regional Studies**, 58(12), 2241-2255, 2024.

BRAGA, José Carlos. A financeirização da riqueza. **Economia e Sociedade**, n. 2, 25-57, 1993.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo - séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, [1979] 1996.

BRAUN, Benjamin. Asset manager capitalism as a corporate governance regime. *In*: HACKER, Jacob; HERTEL-FERNANDEZ, Alexander; PIERSON, Paul; THELEN, Kathleen

(orgs.) **The American Political Economy: politics, markets, and power**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p. 270-294.

CHESNAIS, François. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance, interrogações. **Economia e Sociedade**, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, 2002.

CHRISTOPHERS, Brett. **Our lives in their portfolios: why asset managers own the world**. London: Verso Books, 2023.

CLARK, Gordon. **Pension fund capitalism**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

CONTEL, Fabio. **The financialization of the Brazilian Territory: from global forces to local dynamisms**. Springer: Chan, 2020.

CONTEL, Fabio. As fintechs no Brasil e a primazia de São Paulo: aspectos conceituais e empíricos. **Confinis – Revista Franco-Brasileira de Geografia**, 65, 2024.

CORDEIRO, Helena Kohn. Os principais pontos de controle da economia transacional no espaço brasileiro. **Boletim da Geografia Teorética**, n.16-17 (31-34), p.153-196, 1986-1987.

CORDEIRO, Helena Kohn. A ‘cidade mundial’ de São Paulo e o complexo corporativo do seu centro metropolitano. In: SANTOS, Milton *et al.* (orgs.). **O novo mapa do mundo: fim do século e globalização**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993.

CORRÊA, Roberto. Lobato. Concentração Bancária e os Centros de Gestão do Território. **Revista Brasileira de Geografia**, 51(2), 1989.

CLARK, Gordon. **Pension fund capitalism**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

DIAS, Leila Christina.; LENZI, Maria Helena. Reorganização espacial de redes bancárias no Brasil: processos adaptativos e inovadores. **Caderno CRH: finanças, política e território**, v. 22, n. 55, p. 97-117, 2009.

DICKEN, Peter. **Mudança Global**. São Paulo: Editora Artmed, 2009.

FERNANDEZ, Rodrigo; ADRIAANS, Ilke; KLINGE, Tobias; HENDRISKE, Reijer. **Engineering digital monopolies: the financialisation of Big Tech**. Amsterdam: The Centre for Research on Multinational Corporations (SOMO), 2020.

GIBADULLINA, Albina. The birth and development of Anglophone financial geography: a historical analysis of geographical studies of money and finance. **Geoforum**, v. 125, 150-167, 2021.

GOTTMANN, Jean. **Megalopolis**: the urbanized northeastern seaboard of the United States. New York: The Twentieth Century Fund, 1961.

GUTTMANN, Robert. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 82, p. 11-32, 2008.

HARVEY, David **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, [1982] 2013.

HENDRIKSE, Reijer, BASSENS, David; VAN MEETEREN, Michiel. The Appleization of finance: charting incumbent finance's embrace of Fintech. **Finance and Society**, 4(2), 159-180, 2018.

HENDRIKSE, Reijer; VAN MEETEREN, Michiel; BASSENS, David. Strategic coupling between finance, technology and the state: cultivating a Fintech ecosystem for incumbent finance. **Environment and Planning A**, 52 (8), 1516-1538, 2019.

HENDRISKE, Reijer, ADRIAANS, Ilke, KLINGE, Tobias; FERNANDEZ, Rodrigo. The Big Technification of Everything. **Science as Culture**, 31(1), 59-71, 2021.

HENDRISKE, Reijer, BASSENS, David, ROSSITER, Alex. Rebooting Amsterdam for the age of Big Tech: platform capitalism, reintermediation, and financial-center change. **Geoforum**, 148, 103894, 2024.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, [1909] 1985.

IOANNOU, Stefanos; WÓJCIK, Dariusz. The limits to FinTech unveiled by the financial geography of Latin America. **Geoforum**, 128, 57-67, 2022.

LABASSE, Jean; Rochefort, Michel. Equipements tertiaries supérieurs et réseau urbain. **Économie et humanism**, n. 159, p. 54-61, 1965.

LAI, Karen; SAMERS, Michael. Towards an economic geography of Fintech. *Progress in Human Geography*, 45(4), p. 720-739, 2020.

LANGLEY, Paul; LEYSHON, Andrew. Platform capitalism: The intermediation and capitalization of digital economic circulation. **Finance and Society**, 3(1), 11-31, 2017.

LANGLEY, Paul; LEYSHON, Andrew. The platform political economy of fintech: reintermediation, consolidation and capitalization. **New Political Economy**, 26(3), p. 376-388, 2020.

LENCIONI, Sandra. Concentração e Centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de Geografia Norte Grande**, v. 39, p. 7-20, 2008.

LENIN, Vladimir. **Imperialismo** – estágio superior do capitalismo. São Paulo: Boitempo, [1917] 2021.

MATTOS, Carlos. Modernización capitalista y transformación metropolitana em América Latina: cinco tendencias constitutivas. *In*: LEMOS, Amália Inês G. de *et al.* (orgs.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: CLACSO, 2006.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro III/ V. 5. São Paulo: Abril Cultural, [1894] 1984.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

NABARRO, Wagner Wendt. **O mercado de capitais no território brasileiro: ascensão da BM&FBovespa e centralidade financeira em São Paulo (SP)**. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PESSANHA, Roberto. Inovação, financeirização e *startups* como instrumentos e etapas do capitalismo de plataformas. *In*: Gomes, Maria; Tunes, Regina; Oliveira, Floriano. **Geografia da inovação: território, redes e finanças**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020. P. 433-468.

ROSSI, Eliana; Taylor, Peter. Banking networks across Brazilian cities: interlocking cities within and beyond Brazil. **Cities**, v. 22, n. 5, p. 381-393, 2005.

SADOWSKI, Jathan. When data is capital: datafication, accumulation, and extraction. **Big Data & Society**, 6(1), 1-12, 2019.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos**. São Paulo: EDUSP, [1975] 2008.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, p. 81-99, 1977.

SANTOS, Milton.; Silveira, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. ([1993] 2009). **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: EDUSP.

SANTOS, Milton. ([1996] 2008). **A Natureza do Espaço**. São Paulo: EDUSP.

SASSEN, Saskia. (1991). **The Global City: New York, London, Tokyo**. Princeton: Princeton University Press.

SILVA, Adriana Maria Bernardes da. **A contemporaneidade de São Paulo**: produção de informações e novo uso do território brasileiro. Tese de Doutorado em Geografia Humana (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SILVEIRA, Maria Laura. São Paulo: entre la regencia del território y los mercados metropolitanos. In: SILVEIRA, Maria Laura (org). **Circuitos de la economia urbana**: ensayos sobre Buenos Aires y São Paulo. Buenos Aires: Café de las Ciudades, 2016, p. 217-258.

SCOTT, A; AGNEW, J.; SOJA, E.; STORPER, M. Cidades-regiões globais. **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, n. 41, p. 11-25, 2001.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

TAYLOR, Peter. Specification of the world city network. **Geographical Analysis**, v. 33, n. 2, p. 181-194, 2001.

TOZI, Fabio. Da nuvem ao território nacional: uma periodização das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. **Geosp – Espaço e Tempo**, v. 24, n. 3, p. 487-507. 2020.

TÖRNSQVIST, Gunnar. Flows of information and the location of economic activities. **Geografiska Annaler**, Series B, Human Geography, v. 50, n. 1, p. 99-107, 1968.

VAN DIJCK, José. Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigm and ideology. **Surveillance & Society**, 12(2), 197-208, 2014.

WAIENGNIER, Maëlys.; VAN HAMME, Gilles.; HENDRIKSE, Reijer; BASSENS, David. Metropolitan geographies of advanced producer services: centrality and concentration in Brussels. **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, p. 1-15, 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system**: capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in the sixteenth century. New York: Academic Press, 1974.

WESTERMEIER, Carola. Money is data – the platformization of financial transactions. **Information, Communication & Society**, 23(14), 2047-2063, 2020.

WÓJCIK, Dariusz. (2020a). Financial Geography I: Exploring FinTech – Maps and concepts. **Progress in Human Geography**, 45(3), 566-576, 2020.

WÓJCIK, Dariusz. (2020b). Financial Geography II: The impacts of FinTech – Financial sector and centres, regulation and stability, inclusion and governance. **Progress in Human Geography**, 45(4), 878-889, 2020.

CONTRIBUIÇÕES DE AUTORIA

Caio Zarino Jorge Alves: concepção inicial do artigo, estruturação teórica e metodológica, sistematização de dados preliminares, redação inicial e manuscrito.
Adriana Maria Bernardes da Silva: concepção inicial do artigo, estruturação teórica e metodológica, revisão crítica e redação final do manuscrito.

EDITORES DO ARTIGO

Roberto Moraes Pessanha

Instituto Federal Fluminense

Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil

robertomoraespessanha@gmail.com

Fábio Tozi

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

fabio.tozi@gmail.com

Beatriz Rufino

Universidade de São Paulo

São Paulo, São Paulo, Brasil

beatrizrufino@usp.br

Artigo recebido em: 01/05/2026

Artigo aprovado em: 20/05/2026

Artigo publicado em: 23/07/2026